

BRUNA LAZARINI V. M. DE SOUZA

EXPERIÊNCIAS LIBERTÁRIAS NO ABC PAULISTA

CELACC / ECA – USP

2012

EXPERIÊNCIAS LIBERTÁRIAS NO ABC PAULISTA

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura produzido sob orientação do Prof. Dr. Silas Nogueira.

Experiências libertárias no ABC Paulista

Bruna Lazarini V. M. de Souza*

Resumo:

O artigo aborda criticamente a forma como o modelo de racionalidade dominante impacta as relações entre a sociedade e entre esta e a natureza. A partir dessa problemática, são propostos novos olhares sobre a realidade e a forma de apreendê-la. As experiências desenvolvidas de modo independente pelos movimentos sociais em todo o mundo apresentam potencial para questionar o padrão vigente. Para analisar qualitativamente como essa questão dialoga de maneira particular com os movimentos, é apresentado um estudo sobre a “Casa da Lagartixa Preta ‘Malagueña Salerosa’”, espaço autônomo localizado em Santo André - SP, cujas práticas propõem convergências de diferenças, solidariedade, liberdade e ecologia.

Palavras-chave: Racionalidade dominante. Alternativas. Movimentos sociais.

Abstract:

This paper critically proposes a discussion about how the dominant idea of rationality impacts the relations within society, and between it and the nature. Regarding this question, new approaches on the reality and the way to understand it are proposed. The experiments carried out independently by the social movements around the world potentially challenge the current standard. To qualitatively analyze how this question dialogues in a particular way with the movements, the article presents a study on “Casa da Lagartixa Preta ‘Malagueña Salerosa’”, an autonomous place in Santo André - SP, whose practices offer convergence of differences, solidarity, freedom and ecology.

Key-words: Dominant rationality. Alternatives. Social movements.

Resumen:

El artículo discute de modo crítico como el modelo de racionalidad dominante afecta a las relaciones en la sociedad y entre esta y la naturaleza. Desde este problema, nuevos enfoques son propuestos en la realidad y en la forma de entenderla. Los experimentos llevados a cabo de forma independiente por los movimientos sociales de todo el mundo tienen potencial de desafiar el estándar actual. Para analizar cualitativamente el diálogo entre esta cuestión y los movimientos, se presenta un estudio sobre “Casa da Lagartixa Preta ‘Malagueña Salerosa’”, espacio autónomo en Santo André - SP, cuyas prácticas ofrecen la convergencia de las diferencias, la solidaridad, la libertad y la ecología.

Palavras Claves: Racionalidad dominante. Alternativas. Movimientos sociales.

* Graduada em Comunicação Social. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura – Celacc – USP, produzido sob orientação do Prof. Dr. Silas Nogueira.

1 Introdução

A abordagem do contexto, onde acontecem as diferentes relações abordadas neste trabalho, é baseada predominantemente em uma crítica ao pensamento dominante, uma vez que esse modelo implica em não se levar em conta parte muito significativa da realidade, e “sem uma crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante [...], todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito”. (SANTOS, 2008, p. 3)

Para estabelecer essa crítica à racionalidade hegemônica, é levado em conta o conceito de racionalidade instrumental, como proposto por Marcuse (1982), bem como uma releitura desta ideia voltada para a ecologia, apresentada por Brügger (2009). A contextualização da problemática com relação à modernidade contará com as questões das “tensões da modernidade” e da globalização apontadas por Santos (2001; 2002) e Ianni (1999; 2000). O aspecto marcadamente ocidental desse modelo tem base no trabalho de Sodré (2005), autor que aborda também a individualiza o contemporânea – fator paralelamente abordado ao conceito de fragmenta o, sob a perspectiva da “modernidade líquida” de Bauman (2005). Algumas das consequências das formas como se d o as rela oes, no presente contexto, são analisadas por Chauí (2000) e especificidades da questão, quando localizada na América Latina, são apontadas com base na obra de Canclini (2011).

Em seguida, são mostradas – ainda com base no trabalho de Santos (2008) – possíveis alternativas emancipatórias com rela o aos aspectos críticos apontados na contextualiza o. Nesse sentido, há um levantamento de movimentos, iniciativas e experiências em que se poderia encontrar o conflito entre o hegemônico e o contra-hegemônico.

O levantamento indica ser interessante – uma vez que há ainda poucos estudos nesse sentido, diante da diversidade de experiências alternativas em curso e a importância dada a elas pela teoria que embasa o artigo – tratar das formas como um espaço permanente de experiências em autogestão, conhecimentos e práticas libertárias na área urbana seria capaz de atuar na transforma o de questões como as colocadas inicialmente.

Nesse sentido o trabalho pretende abordar as a oes realizadas pelo grupo Ativismo ABC na Casa da Lagartixa Preta “Malague a Salerosa”, espaço por ele criado e gerido na cidade de Santo André, região do ABC Paulista, de modo a apontar perspectivas e novos temas tanto para coletivos de identidade próxima   do caso estudado, como para outros

movimentos sociais, com o objetivo de que o estudo não se restrinja apenas ao recorte proposto.

O espaço, as motivações apontadas pelo movimento que o idealizou, as ações nele desenvolvidas, e a forma como elas dialogam com o contexto no qual acontecem – de acordo com o referencial teórico abordado inicialmente, juntamente com artigos sobre movimentos sociais realizados por Gohn (2011) – serão estudados levando-se em conta predominantemente um levantamento de dados coletados em meios impressos e eletrônicos produzidos pelo próprio Ativismo ABC, desde que concebeu o espaço – em 2004 – até 2011, além de leituras a partir de outras fontes.

2 Contextualização

Boaventura de Sousa Santos (2000, in: IOKOI, 2010) propõe como questões para a contemporaneidade:

[...] em primeiro lugar, a necessidade de crítica ao antropocentrismo e a monocultura do saber; a necessidade de reaproximação da noção de natureza que englobe as espécies vivas e sua proteção; um novo posicionamento da ciência para que o senso comum possa ser transformado em um saber para a superação, e não para a regulação do sistema capitalista, este inviável para garantir a sobrevivência dos ecossistemas; e que se reelabore, pela sociologia das ausências, o desconhecimento que existe a cada novo conhecimento. Propugnamos pelo reconhecimento do vivido, a insurgência pelo uso e a cultura para garantir o bem viver, e não a acumulação.

Ponto comum a todas as questões colocadas é o conceito de racionalidade predominante na contemporaneidade. Essa racionalidade hegemônica será adotada como categoria para a abordagem sobre a forma como, na maior parte das vezes, se dão as relações. Uma ideia de racionalização voltada para as trocas mercantis e para o desenvolvimento tecnológico, que legitima e mesmo amplia a dominação sobre a natureza – o que aumenta o antropocentrismo, uma vez que a própria concepção de cisão entre seres humanos e natureza foi acentuada pela forma de pensamento abordada –, e também sobre os próprios seres humanos, por meio do controle sobre aquela.

A racionalização como aqui concebida, segundo é apontado por Santos (2008, p. 4) se desenvolveu no contexto sócio-político em que ocorreu a consolidação do Estado liberal na Europa e América do Norte, as revoluções industriais, o desenvolvimento capitalista, o colonialismo e o imperialismo. Ianni (1999, p. 145) também mostra que simultaneamente ao crescimento do capitalismo – considerado aqui como projeto econômico e também social, político e cultural, com suas relações, estruturas e processos próprios –, acontece uma ação de

racionalização, por meio da qual “as mais diversas esferas da vida social são burocratizadas, organizadas em termos de calculabilidade, eficácia, produtividade, lucratividade”.

Esse processo de racionalização torna-se socialmente predominante pela eficácia de sua imposição, que se manifesta por meio do pensamento produtivo e legislativo. (SANTOS, op. cit., p. 9) Enquanto amplia sua capacidade de influência e disciplina sobre ações, relações e instituições, esse fenômeno acaba por submeter os indivíduos aos seus produtos, ao mesmo tempo em que ocorre uma inversão de fins e meios – “de produto, meio ou instrumento, a tecnologia transforma-se em finalidade, objetivo por excelência” (IANNI, op. cit., p. 165) –, uma “metamorfose [...] que configura um estágio avançado do desencantamento do mundo, quando de repente o indivíduo e a coletividade se vêem encerrados na gaiola de ferro que construíram.” (Ibid., p. 165)

Um fator determinante na aceitação dessa racionalidade é a sua aparente neutralidade, expressa em conceitos e interpretações bem representadas no discurso científico ou tecnológico, quando este assume um caráter de universalidade ou generalidade. Marcuse (1982, p. 128), ao analisar a ideologia da sociedade industrial, afirma que o pensamento científico teve que se desligar do julgamento crítico, dos julgamentos de valor – inerentes ao pensamento filosófico – no momento em que esses se demonstraram ineficazes para a organização da sociedade e transformação da natureza.¹ Essa aparente neutralidade torna-se questionável quando se percebe as “particularidades totalitárias” da sociedade em que ela se manifesta (Ibid., p. 19), quando “a razão teórica, permanecendo pura e neutra, entrou para o serviço da razão prática.” (Ibid., p 154)²

Brügger (2009), ao retomar essa análise sobre a sociedade industrial, onde são apresentadas tendências das sociedades mais desenvolvidas, nos aponta o conceito de “racionalidade instrumental”, como proposto por Marcuse (op. cit.), como fundamental para a compreensão das relações entre seres humanos e a natureza. A ideia seria determinante na análise pois, guiado por essa racionalidade, o desenvolvimento das sociedades tradicionais representou uma ruptura entre estas e seus laços – “sociais, ecológicos e culturais” – com o meio ambiente. (BRÜGGER, op. cit.)

Esse modelo de pensamento, conforme apresentado por Marcuse (op. cit.), pode ser considerado uma espécie de “racionalismo irracional”, uma vez que implica em um modelo de produtividade que não pode ser desvinculado da crescente destruição, em um aniquilamento iminente, na rendição do próprio pensamento, assim como das esperanças e do temor às decisões dos poderes existentes e na preservação da miséria lado a lado com uma riqueza cada vez maior. (Ibid., p. 17)

Tomando a libertação de todas as necessidades como substância concreta de qualquer liberdade, o autor (Ibid., p. 23) aponta que a forma com que a sociedade está organizada – um sistema que determina o modo como se mantém e amplia o aparato técnico e científico, bem como seus produtos –, e como parece cada vez mais capaz de atender às necessidades dos indivíduos, é simultânea ao fato de que a autonomia, o livre pensar e o direito à oposição política perdem sua função crítica básica. Além disso, podemos considerar que a ideologia contemporânea encontra-se “centrada numa individualização sem limites, ajustada a um mercado voltado para a satisfação de interesses privados.” (SODRÉ, 2005, p. 134)

Bauman (2001) também aborda o processo de individualização – uma “aflição nova e tipicamente moderna”, (Ibid., p. 41) considerada por ele “uma fatalidade, não uma escolha” (Ibid., p. 43) – como um dos dois pontos centrais que tornam possível considerar a contemporaneidade – que o autor assinala como uma fase mais dinâmica, “fluida”, “líquida” na história da modernidade – como uma situação diferente das fases anteriores.

Se a “modernidade líquida” encontra seu início em um processo de liberalização individual diante do domínio das questões públicas sobre o espaço privado, hoje é possível afirmar que “é o privado que coloniza o público, [...] expulsando o que quer que não possa ser expresso inteiramente [...] no vernáculo dos cuidados, angústias e iniciativas privadas.” (Ibid., p. 49) Os problemas continuam a ser construídos socialmente, mas devem ser enfrentados individualmente, pois o que era visto como trabalho coletivo – “as tarefas e deveres modernizantes” – para a razão humana foi fragmentado, desregulamentado, deixado assim “atribuído aos indivíduos e seus recursos.” (Ibid., p. 38; 43)

A outra característica fundamental apontada por Bauman (Ibid.), para o entendimento da atual fase, é o colapso das certezas de que a modernidade caminha com o propósito claro de mudança histórica rumo a uma sociedade futuramente mais justa, equilibrada, em que tudo esteja em seu lugar, em ordem, em que seja atingido um pleno conhecimento das coisas e, assim, domínio completo sobre o futuro. (Ibid., p. 37)

Mesmo que se afirme que as capacidades materiais e intelectuais da sociedade estudada são maiores na contemporaneidade, com relação às etapas anteriores, essa ampliação passa a significar que “a dominação da sociedade sobre o indivíduo é incomensuravelmente maior do que nunca dantes.” (MARCUSE, op. cit., p. 14) Isso porque o poder político está ligado ao controle sobre o aparato e à forma como são criadas novas necessidades.

No sistema abordado, a própria liberdade de escolha pode ser vista como instrumento de dominação sobre quem não detém seu aparato, uma vez que é uma liberdade apenas superficial – poder eleger o senhor, ou senhores, não acaba com a existência de senhores e

escravos; poder escolher entre uma infinidade de mercadorias ou serviços, não significa ser livre se essas opções a serem escolhidas representam controles sociais sobre uma vida de trabalho alienado e medo; e o indivíduo reproduzir espontaneamente as necessidades superimpostas, não significa autonomia, e sim, demonstra a eficácia dos controles (Ibid., p. 28). Estamos falando aqui de uma liberdade bastante diferente de outra, mais profunda, que permitiria mudanças estruturalmente significativas.

Diferença fundamental entre a “Razão pré-tecnológica” e a que predomina atualmente, é o caráter impessoal desta: “a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas *como* tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura.” (Ibid, p. 154). Nos momentos em que a autonomia parece impossível para os indivíduos, a razão hegemônica o justificará como “impossibilidade técnica”: “[...] essa não-liberdade não parece irracional nem política, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho.” (Ibid., p. 154) Exemplos dessa dinâmica seriam a aceitação das ideias de que para se reduzir o trabalho, é necessário antes mais trabalho; para se atingir a satisfação humana, é preciso antes maior industrialização. (Ibid., p. 37). Assim,

A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político³ ao se tornar o grande veículo de melhor dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo. (Ibid., p. 37)

E para que os indivíduos atinjam esses meios técnicos que os trariam novas possibilidades, o papel dos dominantes fica oculto sob a aparência de elites detentoras do saber para organizar, planejar esses meios, “e não mais como proprietários dos meios de produção e do aparelho do Estado.” (CHAUÍ, 2000, p. 50) Se acredita em estruturas que existem e funcionam por si, “sob o comando de imperativos puramente racionais, independentemente dos homens.” (Ibid., p. 50)

Instituída globalmente a necessidade de que o todo social se modernize, essas elites ganham um forte papel na realização desse projeto. São grupos ou instituições organizadoras responsáveis por dirigir a maioria dos demais indivíduos, levando a eles a profissionalização, alfabetização, urbanização... supostamente necessárias para “viabilizar a execução e dinamização dos objetivos e meios de modernização, modernos, modernizantes.” (IANNI, op. cit., p. 101)

E esse projeto de modernização é intrinsecamente um projeto de “ocidentalização do mundo”, por trazer, como melhores alternativas, os padrões, valores e instituições ocidentais. (Ibid., p. 99) Com base em uma concepção evolucionista, linear da história, a teoria da

modernização⁴ supõe que o que já aconteceu nos países mais desenvolvidos do ocidente, deve certamente ocorrer nas demais sociedades. A ocidentalização é encarada, assim, como processo civilizatório “superior”, com predomínio de suas tecnologias de produção e controle sociais. (Ibid., p. 99; 108-109)

É possível falar em um esforço para globalização de um modelo de racionalidade tecnológica, voltada para a modernização e, conseqüentemente, para a ocidentalização, mesmo que os valores essencialmente ocidentais estejam subentendidos em ideias aparentemente racionais, técnicas, científicas. E a racionalidade hegemônica, quando defrontada com outros padrões de relações sociais – por mais que às vezes conviva de alguma forma com eles – em geral, torna-se predominante (Ibid., p.99). Esse domínio parece ter relação com o fator “narcisista” do modelo de racionalização ocidental: a ideia dominante de desenvolvimento considera como primitivos e selvagens, quaisquer outros modelos – políticos, técnicos, éticos ou culturais – que não sejam “espelhados” aos seus próprios modelos. (BRÜGGER, op. cit.)

Se está diante, então, de uma racionalização que não aceita como real o que não pode ser verificado por seu método científico. Assim, o que não é considerado objetivo, como as ideias humanitárias, morais ou religiosas, fica restrito ao campo dos “ideais” e, destituído de seu conteúdo concreto e crítico, não pode interferir no modo de vida estabelecido. (MARCUSE, op. cit., p. 145) O mundo dos mitos, não aceitos como operacionais, é visto como irracional e substituído por algum tipo de empirismo. No entanto, uma consciência que não está munida das ideias que a razão ocidental considera como mitos ou ficções desprezíveis, é uma consciência “mutilada”, mas tomada como a única verdadeira. (Ibid, p. 177-178)

Visto por outra perspectiva, ao mesmo tempo em que o processo civilizatório invalida o mito⁵, leva o pensamento racional de volta a essa condição. É possível dizer que há “uma mudança do local da mistificação”, para a razão, a objetividade, o científico: no próprio processo de produção – em sua propaganda e política – vemos elementos mistificadores. (Ibid., p. 179)

Sodré (op. cit.), quando aborda um confronto problemático e contraditório entre duas vertentes culturais – a ocidental, que seria o pensamento dos dominantes, e a não-ocidental, representada em seu trabalho principalmente pela cultura negra tradicional –, mostra a possibilidade de outros olhares sobre as formas de se relacionar com o sentido e o real. Além das questões diretamente relacionadas ao mito, aponta duas diferenças essenciais entre as vertentes.

Uma seria o princípio sob o qual são realizadas as trocas. Na cultura moderna dominante há “um excedente econômico-social que se acumula [...], deixando, entretanto, de estar disponível para o grupo e se abstraindo irreversivelmente como valor (equivalente geral de troca)”, enquanto “na cultura negra, a troca não é dominada pela acumulação linear de um resto [...] porque é sempre *simbólica* e, portanto, *reversível*: a obrigação (de dar) e a reciprocidade (receber e restituir) são as regras básicas”. (Ibid., p. 95)

No período clássico da acumulação do capital, homem íntegro era o que se integrava à ética de produção e de acumulação. Para melhor caracterizar a oposição nagô, poder-se-ia dizer que nagô íntegro é o que restitui, o que devolve; o que simbolicamente não deixa resto. (Ibid., p. 96)

Outra diferença percebida na cultura não-ocidental com relação à cultura ocidental predominante, é que na primeira não se eleva nenhum elemento, por mais importante que ele seja para a vida dos indivíduos, à condição de única e universal verdade. Diferente do que acontece com a racionalidade hegemônica em contato com outras racionalidades. Aquela, regida por uma lógica que se pretende universal, aparece como valor – medida – a determinar o bem e o mal em todas as operações de sentido. (Ibid., p. 114)

A questão do poder ideológico aparece quando não se consegue perceber a existência de outras regras de jogo, a não ser sob os prismas do jogo (a cultura) do Ocidente, e, quando muito, submetido a episódicas inversões. Na realidade, durante todo o tempo e todo o fasto tecnocientífico do Ocidente, a ideologia tem sido atravessada por outros funcionamentos, outras táticas, por regras, que não atuam como verdades universais nem como fontes permanentes de poder. Essas possibilidades alternativas ou paralelas obsedam a partir de dentro, mas nos interstícios, os textos ideológicos do Ocidente. São agentes de erosão da verdade acumulada, são exterminadores da coerência semiótica dos discursos. É o mito ocidental da verdade que tenta fazer crer que o logos derrotou o mito no quinto século grego. (Ibid., p. 133)

Esse poder ideológico, quando converte sua parte em todo universal, faz com que outros saberes – diferentes dos ocidentais predominantes – que não são científicos nem filosóficos, fiquem em grande parte fora do debate. Assim, a modernidade ocidental, sob o domínio de sua racionalidade, passa a ter uma compreensão limitada – tanto do mundo, como de si própria – que se afirma sobre outras visões de mundo de forma autoritária. E foi essa compreensão limitada por parte do Ocidente que serviu como base com que se promoveu a transformação do mundo, o que implicou em “violência, destruição e silenciamento” dos que, fora dos padrões da civilização ocidental, foram submetidos à sua racionalização. (SANTOS, op. cit., p. 5; 7-9) É possível afirmar que, por conta disso, “imperialismo cultural e epistemicídio são parte da trajetória histórica da modernidade ocidental.” (Id., 2002)

Esse processo pode ser notado com algumas particularidades na América Latina, uma vez que sua cultura é configurada por uma complexidade de relações, em que tradições culturais convivem com a modernidade que, segundo Canclini (2011, p. 17) ainda “não terminou de chegar”. O complexo sistema reside no fato de que a América Latina é marcada por contradições. Estas são construídas historicamente, desde a sequência de trocas desiguais que aconteceram entre diferentes culturas no processo de colonização até a forma como as elites, apoiadas em divisões da sociedade, não possibilitaram que os produtos da modernização e da democratização fossem acessíveis à maioria da sociedade. (Ibid., p. 67-75) Outro aspecto contraditório da cultura latino-americana é a existência de setores que não estão convictos de que modernizar-se seja de fato o principal objetivo, (Ibid., p.17) o que pode ser um primeiro passo na busca por alternativas ao projeto modernizante. Todas essas especificidades históricas e culturais fazem com que a América Latina seja considerada um campo para uma gama muito heterogênea de movimentos sociais. (SANTOS, 2001, p. 177)

Para o desenvolvimento de alternativas ao projeto social hegemônico, Sousa Santos (2008) propõe ser necessário antes um procedimento por ele denominado como “sociologia das ausências”, para desafiar o modelo de razão que ainda é dominante. A proposta seria resposta a uma reflexão epistemológica, parte de um estudo sobre emancipação social desenvolvido em um grupo de países predominantemente semiperiféricos – conjunto que inclui o Brasil e a Colômbia –, por acreditar que nesses lugares os conflitos entre a globalização hegemônica e a globalização contra-hegemônica – que se aproveitaria da interação transnacional para a defesa de interesses percebidos como comuns, uma globalização “de-baixo-para-cima” (SANTOS, 2002) – sejam mais intensos.

Diferentes fatores e circunstâncias colaboraram para essa reflexão, a partir da qual Sousa Santos (2008, p.2) chegou a três conclusões:

Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Em segundo lugar, esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim das contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade.

A “sociologia das ausências” pode ser definida como uma investigação com objetivo de demonstrar que o que parece não existir é, na verdade, construído como inexistente. Seria

tornar presentes, também no debate sobre alternativas ao que é conhecido como real e possível, as ideias, atores e visões hoje considerados ausentes. Por meio desse procedimento poderiam ser encontrados e socializados fragmentos da experiência social que não são considerados pela lógica, marcada pela dominação, da racionalidade hegemônica. Exemplos disso seriam respostas a questões como: o que da medicina tradicional escapa da dicotomia medicina tradicional / medicina moderna? Ou, é possível ver o que é subalterno sem considerar a relação de subalternidade? (Ibid., p. 11-12)

Essas “ausências” são construídas através de diferentes lógicas, que poderiam ser questionadas por meio de cinco diversos procedimentos da “sociologia das ausências”, com objetivo de “revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas”: a “ecologia dos saberes”, a “ecologia das temporalidades”, a “ecologia dos reconhecimentos”, a “ecologia das trans-escalas” e a “ecologia de produtividade”. (Ibid., p. 15-20)

O autor fala em “ecologias” para demonstrar que não concorda com a crença em verdades únicas e universais. Por exemplo, a medicina tradicional não precisa ser obrigatoriamente vista como resposta, alternativa à medicina moderna. Por considerar que todo saber é incompleto, os dois elementos dessa dicotomia – em conjunto com outros elementos existentes – podem coexistir em diálogo. Essa seria a “ecologia de saberes”, que questionaria, e superaria, a “monocultura do saber e do rigor científicos” com “a identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor”. (Ibid., p. 16-17)

Já a “ecologia das temporalidades” questiona a existência de um único padrão aceito de contemporaneidade. Ela propõe um olhar diferente daquele sob o qual determinadas manifestações – por exemplo, uma pessoa que cultiva a terra com uma enxada, ou uma cultura em que os antepassados têm presença ou relevância – são encaradas como anacronismos – o “camponês pré-moderno” ou “primitivismo religioso”, respectivamente aos exemplos colocados – para que elas passem a serem vistas como outras formas de se viver a contemporaneidade. (Ibid., p. 10; 17-18)

O terceiro procedimento, “ecologia dos reconhecimentos”, é apresentado como resposta à lógica da classificação social, que identifica as diferenças entre os agentes, ou grupos sociais com a desigualdade, em que a “colonialidade do poder capitalista moderno e ocidental” detém a decisão sobre quais indivíduos são considerados “iguais”, e quais são “diferentes”. Essa “ecologia” propõe abrir espaço para as diferenças, ao mesmo tempo em que há reconhecimento recíproco entre elas. Isso só seria possível a partir da desconstrução da

própria diferença e da hierarquia, questionando-se “em que medida a diferença é produto da hierarquia?” e “em que medida a hierarquia é produto da diferença?”. (Ibid., p. 18-19)

A “ecologia das trans-escalas” propõe reconhecer localmente o que não é produto da globalização predominante. “Ao desglobalizar o local relativamente à globalização hegemônica, a sociologia das ausências explora também a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica [...], [dois movimentos que] ampliam a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas ao globalismo localizado”. (Ibid., p. 19) ⁶

Por último, é apresentada a “ecologia de produtividade”, que pode ser o procedimento mais controverso da “sociologia das ausências”, porque questiona o “paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito e a lógica da primazia dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição que sustentam o capitalismo global”. (Ibid., p. 19) Seriam práticas de recuperar e valorizar os sistemas alternativos ao padrão dominante de produção: “das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou”. (Ibid., p. 19)

Por atuarem na multiplicidade e diversidade das experiências sociais, por via de suas diferentes “ecologias”, Sousa Santos (Ibid., p. 27-29) apresenta como campos mais importantes onde essas características se revelarão: “experiências de conhecimentos”, que consistem em “conflitos e diálogos possíveis entre diferentes formas de conhecimento”; “experiências de desenvolvimento, trabalho e produção”, onde “trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção”; “experiências de reconhecimento”, “trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre sistemas de classificação social” ⁷; “experiências de democracia”, que são “diálogos e conflitos possíveis entre o modelo hegemônico de democracia (democracia representativa liberal) e a democracia participativa”; “experiências de comunicação e de informação”, onde trata de “diálogos e conflitos possíveis [...] entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais, por um lado, e por outro, as redes de comunicação independente transnacionais e os media independentes alternativos.”

Por compreender se tratar de um espaço que se encaixa em várias das classificações de experiências propostas por Sousa Santos acima, a seguir é abordada a “Casa da Lagartixa Preta ‘Malagueña Salerosa’ ”, local em Santo André, cidade da região do ABC Paulista – na Grande São Paulo – idealizado e mantido pelo grupo anarquista Ativismo ABC.

3 A Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”

Dar valor às pessoas, situações e acontecimentos na prática, da experiência, é o caminho da sabedoria.

Um caminho cheio de perigos, riscos e aventuras, que nos levará para um mundo que não conhecemos, mas em que acreditamos.

Um segundo, terceiro, quarto ou quinto mundo, porque um outro mundo é possível, nem que seja de outro mundo.⁸

A Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa” será aqui caracterizada com base nas informações disponibilizadas pelo próprio grupo responsável pela gestão do espaço, o Ativismo ABC: sites na internet⁹, uma matéria na revista Protesta! (FALLEIROS, 2007) entrevista concedida pelo grupo à ANA – Agência de Notícias Anarquistas¹⁰, e diversos textos de edições da publicação periódica “O Ativista”¹¹, depois chamada de “El Saleroso”¹², além de visita ao local.

O Ativismo ABC surgiu no início de 2002, a partir de um grupo de ativistas que se reuniam com outros em São Paulo – todos como parte da Ação Global dos Povos, auge das manifestações anti-globalização¹³ que aconteciam em cidades de vários lugares do mundo – e que, posteriormente, decidiram trazer as iniciativas em ação direta para a região de que faziam parte, o ABC Paulista. (ATIVISMO ABC, s.d.)¹⁴ Passaram a realizar ações nas cidades da região, se reunindo nas ruas e organizando protestos que consideraram “críticos e bem humorados”. (Id., 2006, p. 4) Foram múltiplas ações – batucadas, panfletagem, encenações nos trens, calçadas, colocação de cartazes em estátuas em datas como Primeiro de Maio ou Quinze de Novembro, entre outras ações – com mensagens também diversas – contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), contra o “globalitarismo” (FALLEIROS, op. cit., p. 24), pelos direitos trabalhistas, contra o aumento nos transportes, divulgando a autogestão, entre outras questões.

A partir do interesse em transformar suas atitudes reativas – “contra alguma coisa” – em atitudes mais ativas – “propositivas” (Ibid., p. 24) –, o Ativismo ABC sentiu a necessidade de um espaço onde pudesse não só colocar em prática o que defendia em seus protestos, como também mostrar que outras formas de ação política e social são possíveis. (ATIVISMO ABC, 2004, p. 3) Seria um “ponto de convergência, de encontro e de partida, para criar e deixar criar, misturar gente, fazer alguma coisa.” (FALLEIROS, op. cit, p. 24)

Assim, após uma série de ações – eventos musicais e colaboração de ativistas independentes e outros grupos – para arrecadar fundos, alugaram em 2004¹⁵ o espaço que se transformou na Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”, que, nas palavras do Ativismo ABC:¹⁶

[...] é um laboratório para nossas práticas e nossos conhecimentos; para desenvolver o que acreditamos ser importante para uma vida autônoma coletiva e para a transformação da sociedade em que vivemos, na medida em que compreendemos que a transformação coletiva e individual não ocorre separadamente, mas são partes complementares entre si.

A partir de 2005, a Casa, diferente do que acontecia com o Ativismo ABC na fase anterior, passou a ser um espaço de “eventos culturais, debates, palestras, encontros... Quadrinhos, intervenções urbanas, anarquismo, zapatismo, teorias, ciências, artes e afins, festas [...] das tribos juvenis.” (FALLEIROS, op. cit. p. 24) Essa mudança, consciente ou não, de foco levou a Casa a conhecer um aumento na participação de pessoas, e depois uma queda, já que alguns sentiram a falta de maior abordagem direta de política, ou um suposto excesso de diferenças. (Ibid, p. 24)

Depois de um período de intensas reformas iniciais – que, assim como a gestão da horta ou dos cursos disponíveis na Casa, foram realizadas pelo próprio grupo –, que continuam acontecendo com menor constância, o terreno passou a contar com, onde antes havia muito entulho, uma horta comunitária agroecológica – com frutas, ervas medicinais, temperos, feijão, milho e hortaliças –, captação da água da chuva, um círculo de bananeiras que trata a água usada na cozinha, uma “estante de dádivas”, que é um espaço onde qualquer um pode deixar objetos que deseja doar, assim como retirar algo gratuitamente, uma biblioteca – especialmente dedicada à anarquia e à ecologia, com alguns títulos voltados para outras áreas –, um espaço para produções, artes e brinquedos para crianças, outro espaço no interior da casa para debates ou momentos de ócio e um galpão onde são guardadas ferramentas e sementes. (ATIVISMO ABC, s.d.)¹⁷

A Casa segue o posicionamento do Ativismo ABC, que tem como base a tentativa de “encontrar brechas para alternativas sociais e relações sociais menos mercantis e alienantes”. (Id., 2006, p. 3) O grupo é predominantemente anarquista¹⁸, mas, ao assumir uma postura de diversidade, tanto por reconhecer que “o próprio anarquismo desde o seu surgimento não se limitou a uma única corrente”, (Id., 2011)¹⁹ como por conceber a Casa “como um espaço de sedução” (CMI BRASIL, 2007) aberto a pessoas de outros meios, parcerias e propostas diferentes, se tem mais clareza com relação ao Ativismo ABC, de seu “compromisso político com a liberdade, a solidariedade e a valorização das diferenças”. (Ibid.) Pode-se também considerar como ideias consensuais entre o grupo a autogestão, a ajuda mútua, a crítica ao autoritarismo, a ecologia, o apartidarismo, o anticapitalismo e o antifascismo. (ATIVISMO ABC, 2004; s.d.)²⁰

As ideias gerais que servem como referência para todo o grupo, se refletem também nas parcerias realizadas entre o Ativismo ABC e outros movimentos, muitas vezes com influência sobre as atividades desenvolvidas na Casa. Essas parcerias são estabelecidas com diferentes coletivos, ocupações, editoras, bibliotecas ou outros espaços e ações voltados predominantemente para ideias libertárias.

No entanto, as atividades realizadas na Casa, e no bairro onde ela se encontra, indicam a existência de diálogo com movimentos sociais centrados em outras temáticas, como os camponeses ou outros que acreditem ser necessária uma profunda transformação social, além da própria comunidade vizinha. Essas alianças são reflexo da importância dada pelo grupo à consolidação de uma rede de trocas independentes – envolvendo outros coletivos, cooperativas, grupos de artistas e grupos políticos (ATIVISMO ABC, 2006, p. 3) – mais rica e concreta, o que possibilitaria aos envolvidos, tanto na região, como em outras cidades do Brasil e de outros países, o fortalecimento de laços, troca de conhecimentos, novas práticas e maior autonomia. (Id., s.d.)²¹

Com relação às atividades da Casa, um levantamento das que aconteceram em um único ano – entre outubro de 2010 e setembro de 2011²² – pode indicar a forma como os objetivos gerais do grupo se manifestam cotidianamente, e também a grande diversidade dessas ações.

O foco principal são práticas e conhecimentos que possibilitem uma vida independente do mercado ou do Estado. Assim, ações relacionadas ao fortalecimento das relações sociais, bem como as ligadas ao suprimento de forma autônoma de necessidades como alimentação, moradia e saúde passam a ter importância política para o Ativismo ABC. (Id., s.d.)²³

No período do levantamento, foram realizados debates, ciclos de filmes, festas²⁴, oficinas, grupos de estudos, atividades musicais, “almoços grátis” (com alimentos coletados na feira do bairro, aberto para qualquer um que se interessar em compartilhar o preparo e a refeição), “bicicletadas”, reunião aberta do Ativismo ABC, reformas, partidas de futebol na rua, rodas de capoeira...

As temáticas das atividades também foram múltiplas (assim como as pessoas que frequentam a Casa, algumas interessadas por temáticas específicas, embora o Ativismo ABC acredite que todos os temas estejam interligados), havendo as de caráter fixo ou periódico, e outras com temas escolhidos de forma espontânea, em sintonia com as experiências praticadas na Casa ou com o que desejassem praticar. (CMI BRASIL, 2007) Anarquia, repressão por meio do Estado em vários países, movimentos de resistência – como o Zapatista, no México, os movimentos indígena e sem terra na América do Sul e o movimento negro –, questões de

gênero e outras diferenças sociais, ecologia, saúde – com alternativas à medicina hegemônica e ao mercado farmacêutico –, softwares livres, educação – com críticas à institucionalização do saber²⁵ –, filosofia da ciência, música e outras formas de arte independentes, crítica ao modelo de transportes, ocupações urbanas, entre outros temas, foram abordados.

4 A Casa em interação com as ideias dominantes

Podemos considerar o trabalho realizado na Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”, como fruto de um entre os Novos Movimentos Sociais, como proposto por Santos (2001, p. 177 - 178), por conta de fazer parte de um conjunto heterogêneo – característica presente sobretudo na América Latina – de movimentos sociais que inclui, entre muitos outros, as ocupações em São Paulo, massivas ocupações de terra no México e em outros países, os projetos de autogestão nas comunidades periféricas de grandes cidades como Caracas, Lima e São Paulo, e As Associações de Familiares de Presos e Desaparecidos, que surgiram basicamente dos movimentos sociais.

Maria da Glória Gohn (2011) também aponta peculiaridades encontradas nos Novos Movimentos Sociais, com relação às fases anteriores das ações. Para tanto, a autora parte da definição de movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.” (Ibid., p. 13-14) Afirma ainda que os movimentos, “são um campo de força sociopolítica, e suas ações impulsionam mudanças sociais diversas. O repertório de lutas que eles constroem demarcam interesses, identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais.” (Ibid., p. 47)

Uma das novidades mais importantes assinaladas nos movimentos sociais a partir da década de 1990 tem relação com o tipo de associativismo que marca essas ações. Ele “não demanda dos indivíduos obrigações e deveres permanentes para com uma organização,” é um tipo de relação “mais propositivo, operativo e menos reivindicativo – produz menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico.” (Ibid., p. 17-18)

Essa liberdade com relação a “deveres permanentes” é pressuposto para a alteração que os movimentos sofreram rumo a um “projeto político policlassista” que contempla “outras questões além de demandas específicas do campo das carências socioeconômicas, indo das questões do modelo de desenvolvimento do país às questões do meio ambiente e do desenvolvimento humano.” (Ibid., p. 23-25)

Nesse sentido, é possível afirmar também que a diferença nos Novos Movimentos Sociais, com relação aos que os precederam, é que identificam formas de opressão além das relações de produção, e lutam por um novo paradigma social, menos baseado em riquezas e

satisfação de necessidades materiais, do que na cultura e qualidade de vida. Dessa forma, esses movimentos denunciam radicalmente os excessos de regulação na modernidade, que alcançam, além da forma como se trabalha e se produz, também a forma como se descansa e vive; as desigualdades sociais são vistas como outra face da alienação e desequilíbrio interior dos indivíduos; e essas formas de opressão atingem grupos sociais de diversas classes ou mesmo a sociedade como um todo. (SANTOS, op. cit., p. 178)

E por se tratar não mais somente das relações *de* produção, mas também de intersubjetividades como as relações sociais de reprodução e *na* produção – ou seja, relações entre pessoas, entre grupos, entre essas pessoas e grupos e o animais ou o meio ambiente, entre a vida e a morte –, “o cotidiano, que é o mundo da intersubjetividade por excelência, torna-se a dimensão de espaço e tempo da vivência dos excessos de regulação e das opressões concretas em que eles se desdobram.” (Ibid., p. 179) Assim, pode-se afirmar que “o cotidiano deixa de ser uma fase menor [da luta emancipatória] ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado da luta por um mundo e uma vida melhores.” (Ibid., p. 180)

Uma transformação social profunda por meio dos indivíduos, das relações e das práticas diárias – como alimentação, moradia e saúde. Essas mudanças a partir do cotidiano são o que propõe o Ativismo ABC através das ações desenvolvidas na Casa. No entanto, para sua realização, são enfrentadas algumas dificuldades impostas pelo próprio contexto.

“É difícil manter um espaço anti-capitalista em meio ao capitalismo, sem dúvida.” (FALLEIROS, op. cit., p. 25) Existe a aparente contradição de se usar o dinheiro enquanto se luta contra o capitalismo, pela anarquia e pela ajuda mútua; ao mesmo tempo, relação nenhuma com o dinheiro poderia significar uma postura isolacionista, capaz de impedir ações libertadoras. (ATIVISMO ABC, 2010)²⁶ Talvez por conta disso, poucos dentro do movimento têm interesse em serem responsáveis por cuidar dos pagamentos e cobranças. Há também os problemas que ficam sem solução imediata por não haver dinheiro e o tempo, energia – entre outros recursos dos próprios ativistas – que se gasta para manter a Casa. Outra barreira imposta por estarem inseridos na lógica capitalista, é que os ativistas só podem dedicar ao espaço, na maior parte das vezes, o seu tempo livre – fora dele, alguns estudam, alguns trabalham, fazem compras... – e “sempre há menos pessoas com tempo livre para dedicar do que o necessário”. (Id., 2006, p. 3)

Outro fator do contexto, que implica em dificuldades para a realização de ações na Casa, tem relação com o padrão dominante sob o qual se produz e se socializa o conhecimento, uma vez que, dentro do grupo, “todos passaram pelo processo de escolarização e foram culturalmente condicionados a ver possibilidades de aprendizado apenas em cursos

ou aulas e não com a livre troca de experiências”. (ATIVISMO ABC, 2011)²⁷ Mesmo que a proposta essencial do espaço sejam as experiências em autonomia, e também as ligadas à pedagogia libertária, acabam lidando com a racionalidade predominante na sociedade que, mesmo que não impeça a realização de atividades de forma a respeitar a essência do grupo, pode ser considerada um entrave ao processo alternativo de se lidar com o saber.

Ainda que em face dos obstáculos colocadas pelo contexto diante das perspectivas do Ativismo ABC, é possível supor que muitas das atividades realizadas na Casa são potenciais fatores de questionamento de diversos aspectos dominantes na contemporaneidade. O próprio fato de se declararem “contra a opressão e a exploração humanas e da natureza” e a afirmação de acreditarem “na auto-organização popular e na aliança entre os movimentos sem a necessidade de partidos” (ATIVISMO ABC, 2006, p. 3) já vai contra fatores intrínsecos da forma como se organiza e se desenvolve a sociedade.

A seguir, são brevemente analisados exemplos de ações que, enquanto propõem novas experiências sociais, exercem o questionamento com relação a alguns padrões da sociedade contemporânea, descritos no início do presente texto – parte dedicada à contextualização – e apontados como críticos à plena realização dos seres humanos e de suas relações em sociedade e com a natureza.

Primeiramente, é possível abordar a forma como a experiência é valorizada na Casa, de modo que ela permita novos olhares sobre as relações. Enquanto, no espaço, o Ativismo ABC propõe o aprendizado por meio da prática, de acertos e erros, autores já abordados no texto apontam para uma generalizada depreciação da experiência no atual contexto.

Santos (2008, p.10) aborda a predominante falta de experiência como expressão da “arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar”, mais do que uma simples expressão de determinada carência. Chauí (op. cit., p. 12-13), indica ainda a forma como as pessoas passaram a se relacionar

[...] com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu. Em seu lugar surgem milhares de artifícios mediadores e promotores de conhecimento que constroem cada um e a todos a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber.

Ainda com relação às formas com que acontece a mediação entre o saber e as pessoas, é interessante voltar-se para as diversas discussões sobre o tema propostas na Casa da Lagartixa Preta.

Lá ocorrem debates, oficinas e leituras sobre pedagogia libertária, onde é questionado o conservadorismo que nasce do processo escolar e familiar, com aprendizado, teoria e prática voltados para novas formas de convívio e educação, que envolvem adultos e crianças. (CMI BRASIL, 2007) Nessa questão, da mesma forma como demonstrado por Santos (2001, p. 179-180) anteriormente neste artigo, o Ativismo ABC enfatiza a necessidade de transformação das ações cotidianas, familiares ou domésticas – mesmo que possam parecer menos importantes – para que se possa mudar a forma opressiva como acontece a educação ou a política na sociedade.

Outras discussões sobre educação²⁸ apontam que, quando procuram formas autônomas de suprir necessidades como alimentação, saúde e construção, a forma como buscam obter esses conhecimentos deve se pensada estrategicamente, por mais que os membros do grupo não estejam completamente adaptados às novas relações com os saberes. Uma vez que tentam encontrar mudanças culturais profundas, continuar procurando o conhecimento por meio de instituições – como as escolas convencionais – ou meios elitizados – como caros cursos – pode reproduzir, ou mesmo legitimar, os aspectos culturais que pretendem transformar. Assim, são propostos diálogo e práticas diretamente com os indivíduos ou comunidades que possuem o conhecimento que almejam aprender: por exemplo, conhecer sobre alternativas em construção, saúde, plantio ou alimentação, por meio do contato com as comunidades rurais tradicionais, indígenas ou outros grupos ativistas.

Essas trocas de conhecimentos permitem, além de uma diferente relação com o saber, também uma nova forma de se lidar com a terra, parte de um novo modo de produção – neste caso a agroecologia e os sistemas de cooperação. Conforme a anterior referência à “ecologia de produtividade” proposta por Santos (2008, p.19), e também a importância política atribuída ao modelo alternativo pelo Ativismo ABC, é possível afirmar que se trata aqui de práticas que, por meio da recuperação de “conhecimentos ecológicos bem como a diversidade da vida e outros modos de apropriação da terra (tradicionais, familiares, sistemas de reciprocidade e parceria)”, (ATIVISMO ABC, s.d.)²⁹ questionam e propõem alternativas ao padrão dominante de produção e desenvolvimento, apontado pelo grupo como um modelo que separou campo e cidade, tratando a natureza apenas como recurso ou instrumento para se atingir e acumular lucros, o que resultou no predomínio da monocultura, com uso de transgênicos e agrotóxicos, aspectos apontados pelo artigo de Brügger (op. cit.) como consequências inevitáveis, insustentáveis e destrutivas da abordagem acrítica da natureza que é promovida pela racionalidade instrumental, como proposta por Marcuse (op. cit.).

Não só nas relações com a terra, mas também em outras situações, o Ativismo ABC propõe, por meio de ações na Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”, novas formas – não-mercantis e abertas a qualquer pessoa que tenha interesse em participar – de se realizar trocas. Podem ser citados como exemplos a “Estante de Dádivas”, as feiras de trocas, os quadros onde é possível trocar diferentes serviços sem que os envolvidos obtenham qualquer tipo de lucro, entre outras atividades que discutem ou propõe ações voltadas para a ajuda mútua e a cooperação desinteressada.

Nesse sentido, parece ser proposta pelas ações na Casa, também, uma abertura a culturas diferentes da Ocidental dominante, uma vez que, conforme já apontado de acordo com Sodré (op. cit.), as trocas pouco simbólicas e com objetivo de acumular valor são típicas da cultura hegemônica.

Ainda na abordagem da afirmação da existência de diferentes culturas, pode-se citar como outro exemplo a prática, em parceria com outro grupo – o “Fio da Navalha” –, da capoeira angola na Casa. Como afirma Sodré (Ibid. p. 153-162), a capoeira é um jogo tradicional da cultura negra, que transita entre luta e brincadeira. No entanto, “nenhuma finalidade estrita comanda o jogo, nem há divisão radical entre as formas de luta e as de brincadeira ou as formas de ataque e de defesa”. (Ibid., p. 154). O autor aponta também a capoeira como prática de novas formas de se relacionar: com o ensino – “o mestre não verbaliza nem conceitua seu saber para doá-lo metodicamente ao aluno [...] [mas] cria as condições de aprendizagem (formando a roda de capoeira) e assiste a elas”; com o corpo – “controlar a ideologia ocidental [...] expressa nas prescrições que obrigam a um determinado uso do corpo, nas representações fixas, nos hábitos adquiridos e consolidados”; e com a emoção – “[...] há mesmo na capoeira é um envolvimento emocional, um sentimento de raiz e tradição [...] a capoeira é mais a afirmação de um corpo orgulhosos de sua vitalidade e ciente de seus segredos, de sua mandinga.” (Ibid., p. 160-161)

Além disso, em sua análise, Sodré (Ibid., p. 155-158) aproxima a capoeira de formas orientais de combate, como as artes marciais da antiga China, em contraponto ao fato de que a “[...] modernidade ideológica de doutrina esportiva estava na pregação dos sentimentos de obediência e comando aliados ao gosto do individualismo e da competição.” (Ibid., p. 158)

Críticas sobre o modo dominante de prática esportiva, em alguns aspectos semelhantes à abordada acima, já foram realizadas pelo Ativismo ABC com relação ao futebol. Na Casa da Lagartixa, o esporte é praticado de forma descontraída e menos competitiva – se comparado ao padrão atual – na rua, envolvendo homens, mulheres, crianças. Em atividade relacionada à questão de gênero³⁰, a modalidade esportiva também já foi tomada como mote para debates

sobre a participação das mulheres no futebol. Já em publicação do grupo (ATIVISMO ABC, 2008)³¹, é criticada a forma como a modernidade, junto com a globalização, foi capaz de transformar o futebol, o tornando uma mercadoria, uma prática que deixou de ser jogada com emoção para se transformar em mais um produto de consumo.

Por fim, são exemplificadas práticas que podem caracterizar a Casa da Lagartixa Preta como campo de “experiências de comunicação e de informação”, conflitos entre os grandes meios comerciais e suas alternativas produzidas de forma independente.³² Nesse sentido, pode ser citada a publicação dos periódicos próprios do grupo: o Ativismo ABC mostra ter decidido publicar *O Ativista*, depois *El Saleroso*, como “maneira de dar voz às diferenças”, em contraponto à “distorção dos fatos produzida pela mídia capitalista.” (ATIVISMO ABC, 2003, p.1) A publicação é vista como uma maneira de “incentivar os debates, não somente no meio daqueles que já têm alguma crítica mais libertária, como daqueles que estão próximos ou longe, mas que não têm tanto acesso a outras opiniões e notícias que não aquelas da grande mídia.” (Id., 2011)³³

As publicações têm como proposta trazer textos sobre o que pensa e faz o Ativismo ABC, e também com relação às ideias e práticas de outros indivíduos que propõem “uma sociedade mais justa, horizontal, autônoma nos diversos lugares do mundo”, proporcionando a divisão dessas informações entre o público de outros espaços, incluindo pessoas de outros estados ou países. (Id., 2010)³⁴

Essa mídias impressas, em paralelo a outras ações de comunicação e informação promovidas pelo Ativismo ABC – como o apoio ou promoção de “projetos que divulguem novas formas de comunicação, como o acesso comunitário à internet e ao software livre, combatendo a exclusão digital e divulgando sistemas operacionais criado através da cooperação”; (ATIVISMO ABC, 2004, p. 3) a participação e apoio a rádios libertárias; ou a divulgação de suas ideias e ações por meio de redes sociais digitais – apresentam o potencial de colaborarem para a construção de uma globalização contra-hegemônica, se aproveitando das redes entre indivíduos e grupos de diversas cidades do mundo para a defesa de seus interesses – comuns, porém contrários aos dominantes.

5 Considerações Finais

Inicialmente, foram expostos aspectos críticos do atual contexto que, relacionados com a racionalidade predominante principalmente no mundo ocidentalizado, trazem como consequência a dominação dos seres humanos pelos seres humanos, através do domínio destes sobre a natureza. Essa dominação é pouco percebida por conta de uma série de fatores

que foram apresentados sobre essa razão, como a sua aparente neutralidade ou objetividade. O fenômeno leva ao predomínio – segundo os autores abordados na contextualização inicial – de um pensamento único que não permite a plena realização humana, nem uma saudável relação entre os humanos e o restante da natureza.

Como uma possibilidade complexa de superação do modo dominante de se perceber e relacionar-se com o real, foi abordada a proposta de Santos (2008) de uma chamada “sociologia das ausências”, formada por diversos procedimentos que permitiriam novos olhares sobre a racionalidade e alternativas emancipatórias. A consideração dos campos sugeridos pelo autor como promissores para as experiências por ele propostas levou ao estudo das atividades desenvolvidas na Casa da Lagartixa Preta “Malagueña Salerosa”.

O estudo indicou que, em busca de autonomia relativa ao sistema vigente, as experiências e ideias estudadas mostram-se, predominantemente, como práticas e olhares potencialmente contrários às questões apontadas de maneira crítica no contexto, incluindo o próprio conceito de racionalidade predominante. Nesse sentido, tanto Santos (2001; 2002; 2008), como o próprio Ativismo ABC³⁵, responsável pela Casa, apontam que maiores diálogos, entre diferentes movimentos, poderiam ser proveitosos para se alcançar novas alternativas que possam transformar os aspectos do atual contexto que encontram uma visão crítica por parte desses diversos atores sociais.

Por já ter sido demonstrada como pouco provável a possibilidade de absolutas verdades ou conhecimentos, o presente texto não pretende esgotar o assunto. Dessa forma, permanecem abertas questões, entre elas: seria possível estabelecer satisfatoriamente esses diálogos? Neles, seria possível conservar o que há de essencial para cada diferente movimento? Como aconteceriam essas trocas?³⁶

Sousa Santos (2002) ainda sugere que não se mantenha uma visão idealista desse diálogo, principalmente entre grupos sociais com forte histórico de trocas desiguais e injustas, mas afirma que: “seja como for, o importante é não reduzir o realismo ao que existe, pois, de outro modo, podemos ficar obrigados a justificar o que existe, por mais injusto ou opressivo que seja”.

NOTAS

¹ Com relação à projeção da natureza como “instrumento potencial, material de controle e organização”, Marcuse (1982, p. 150) faz referência a Heidegger (1950, p. 266).

² Marcuse (op. cit., p. 153) indica referência a Horkheimer e Adorno, *Dialektik der Aufklärung*, 1947, p.50

³ O termo *política* é abordado na obra como “a prática na qual as instituições sociais básicas são desenvolvidas, definidas, mantidas e modificadas”. (MARCUSE, op. cit., p. 230)

⁴ Com o termo *teoria*, Ianni (1999) refere-se à concepção de mundo prevalecente nas ditas sociedades avançadas da Europa Ocidental e outras sociedades de fala inglesa. “A teoria da modernização está na base de muitos estudos, debates, prognósticos, prática e ideais relativos à mundialização. Tem por suposto fundamental que tudo que é social se moderniza ou tende a modernizar-se, nos moldes do ocidentalismo, a despeito dos impasses, ambiguidades, dualismos ou retrocessos. Modernizar pode ser secularizar, individualizar, urbanizar, industrializar, mercantilizar, racionalizar.” (Ibid., p. 99)

⁵ Com relação a esse assunto, Marcuse (op. cit., p. 178) concorda com a visão predominante de que o mito é um pensamento primitivo e imaturo, diferente de outros autores abordados no texto, como Santos (2008) e Sodré (2005), que o apontam como mais uma forma de se lidar com o real, entre várias possíveis.

⁶ Por “globalismo localizado” o autor considera o “impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condi es locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais”. (SANTOS, 2002)

⁷ “Nas margens ou nos subterrâneos dos sistemas dominantes – natureza capitalista, racismo, sexismo e xenofobia – existem como disponíveis ou possíveis experiências de natureza anticapitalista – ecologia anticapitalista, multiculturalismo progressista, constitucionalismo multicultural, discrimina o positiva sob a forma de direitos coletivos e cidadania p s-nacional e cultural” (SANTOS, 2008, p. 28)

⁸ Texto que descreve foto da Casa da Lagartixa Preta “Malague a Salerosa” disponível na página do Ativismo ABC em: <<http://www.fotolog.com/ativismoabc>>

⁹ Páginas mantidas pelo Ativismo ABC: <<http://www.ativismoabc.org>> e <<http://www.fotolog.com/ativismoabc>>

¹⁰ Realizada em 2007 e disponível no portal CMI Brasil em: <<http://www2.brasil.indymedia.org/es/blue/2007/07/387221.shtml>>

¹¹ Edi es n. 0, 1 e 4.

¹² Edi es n. 3, 5, 6, 7, 8 e uma edi o extra de março de 2009

¹³ Maria da Glória Gohn (2011) aponta que “O movimento antiglobaliza o apresenta-se, na virada deste novo mil nio, como uma das principais novidades na arena política e no cenário da sociedade civil, dado sua forma de articula o/atua o em redes com extensão global. Ele tem elaborado uma nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais, trazendo novamente as lutas sociais para o palco da cena pública, e a política para a dimensão pública, tanto na forma de operar, nas ruas, como no conteúdo do debate que trouxe   tona: o modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza (humana, animal e vegetal).” (Ibid., p. 34) “Uma das características marcantes do movimento antiglobaliza o   a heterogeneidade de sua composi o

social: ele é composto por uma rede de movimentos e organizações sociais de espectro variado, destacando-se: defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais rurais, centrais sindicais, alas de partidos políticos e organizações de esquerda, redes de interlocução de pequenos grupos etc. Cada um desses grupos tem origens, ideologias, instituições de apoio e trajetórias históricas diferenciadas.” (Ibid., p.35)

¹⁴ *Quem somos*, disponível em: < <http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/ativismo-abct/ativismo-abc>>

¹⁵ Diferente de algumas outras ocupações anarquistas, consideradas irregulares do ponto de vista legal, o Ativismo ABC optou por alugar a casa, como uma forma de ter mais segurança com relação à biblioteca e pelo interesse em criar alianças com o bairro e a região, conforme afirmado pelo grupo em entrevista à ANA – Agência de Notícias Anarquistas, disponível no portal CMI Brasil, 2007.

¹⁶ *Quem somos*, disponível em: < <http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/ativismo-abct/ativismo-abc>>

¹⁷ *Casa da Lagartixa Preta*, disponível em: <<http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/casa-da-lagartixa-preta>>

¹⁸ Nos grupos de estudos sobre o tema realizados na biblioteca da Casa, são abordados os “anarquismos” de Proudhon, Bakunin, Malatesta e Kropotkin. Nascimento (2006) na tese de doutorado “Indisciplina: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil” (p. 39-47) indica que, ao tratar de determinado movimento social – seu trabalho aborda diferentes iniciativas anarquistas – embora seja importante “remeter às idéias que orientam, balizam ou convulsionam [o] dinamismo” de determinado movimento, essa abordagem apresenta o risco de se desconsiderar a “elaboração coletiva do pensamento social anarquista”.

¹⁹ *Editorial* em El Saleroso, n. 7

²⁰ O Ativista, n. 1, p. 3,4; <<http://www.ativismoabc.org>>

²¹ *Casa da Lagartixa Preta*, disponível em: <<http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/casa-da-lagartixa-preta>>

²² Com base nos cartazes de divulgação das ações realizadas na Casa, disponíveis em: <<http://www.fotolog.com/ativismoabc>> (ATIVISMO ABC)

²³ *Horta*, disponível em: < <http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/casa-da-lagartixa-preta/horta>>

²⁴ Alguns desses eventos são mensais, com um tema culinário, predominantemente voltado para o vegetarianismo, e objetivo de arrecadar fundos para o pagamento do aluguel da casa. Algumas vezes o recurso financeiro para manutenção da casa é complementado por meio de outras atividades pagas, ou venda de produtos, como livros, vídeos ou outros materiais produzidos de forma cooperativa.

²⁵ Nesse sentido, é apontada referência a *Sociedade Desescolarizada*, de Ivan Illich, no artigo *Espaço, território e pedreiragem*, publicado pelo Ativismo ABC em El Saleroso, n. 8.

²⁶ *Sobre a teoria de Alice*, por Guilherme, em El Saleroso, n. 5.

²⁷ *Espaço, Território e Pedreiragem*, por Caio Juca, em El Saleroso, n. 8.

²⁸ Propostas por Pina – em artigo *Desculturalizando*, em El Saleroso, n.6 – e por Caio Juca – em *Espaço, território e pedreiragem*, op. cit. (ATIVISMO ABC, 2010; 2011)

²⁹ *Horta*, disponível em: < <http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/casa-da-lagartixa-preta/horta>>

³⁰ Por tratarem na ocasião de demonstração de habilidades muitas vezes maiores das mulheres em um esporte predominantemente masculino no Brasil, é possível suspeitar que neste caso trata-se de um exemplo de experiência de “diálogos e conflitos possíveis entre sistemas de classificação social”, como sugerido anteriormente, de acordo com Santos (2008, p. 28)

³¹ Artigo *Ódio eterno ao futebol moderno*, por Jão, em *El Saleroso*, ano 2, n. 3

³² Como mostrado anteriormente com relação a estudo de Santos (2008, p. 27-29)

³³ *Editorial* em *El Saleroso*, n. 7.

³⁴ *Editorial* em *El Saleroso*, n. 5.

³⁵ “Algo constantemente presente tanto nas conversas espontâneas e informais na Casa da Lagartixa Preta como nas discussões do Ativismo ABC é a importância da troca entre coletivos, do fortalecimento desses laços e também da difusão das nossas discussões, vivências e práticas. Expandir o alcance das nossas ideias e práticas mostrou-se de extrema importância para o aumento da nossa força coletiva e de nossas possibilidades.” (*Editorial*, em *El Saleroso*, n. 6, 2010)

³⁶ Nesse sentido, Santos (2008, p. 31-33) propõe um trabalho por ele nomeado por “tradução”, que consiste na “interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas” [...] [que] “parte da ideia de que todas as culturas são incompletas e, portanto, podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas.”

REFERÊNCIAS

- ATIVISMO ABC. **Apresentação**. *O Ativista*, n. 0, p. 1, set. 2003. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/ativista0.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Ativismo conquista um espaço no ABC**. *O Ativista*, n. 1, p. 3, mai. a jun. 2004. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/ativista1.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Venha participar do Ativismo ABC**. *O Ativista*, n. 4, p. 3, jan. 2006. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/ativista4.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Ódio eterno ao futebol moderno**: por João. *El Saleroso*, ano 2, n. 3, p. 4, dez. 2008. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/saleroso3.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Escola Livre Amanamanha**: Caio Juca e Pina relatam a sua vivência no Espaço Amanamanha, em Garopaba (SC). *El Saleroso*, edição extra, p. 2, mar. 2009. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/saleroso5extra.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Editorial**. *El Saleroso*, n. 5, p. 1, mai. a jul. 2010. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/saleroso5.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Sobre a teoria de Alice**: por Guilherme. *El Saleroso*, n. 5, p. 1, mai. a jul. 2010. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/saleroso5.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Desculturalizando**: por Pina. *El Saleroso*, n. 6, p. 1, out. a dez. 2010. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/saleroso6.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Editorial**. *El Saleroso*, n. 6, p. 1, out. a dez. 2010. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/saleroso6.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Editorial**. *El Saleroso*, n. 7, p. 2, mar. a mai. 2011. Disponível em: <<https://aabc.protopia.at/images/saleroso/saleroso7.pdf>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Espaço, Território e Pedreiragem**: por Caio Juca. *El Saleroso*, n. 8, p. 2, jul. a set. 2011.
- _____. **Página no Fotolog do Ativismo ABC**. Disponível em: <<http://www.fotolog.com.br/ativismoabc>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Casa da Lagartixa Preta**. Disponível em: <<http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/casa-da-lagartixa-preta>> Acesso em: 22 jul. 2011.
- _____. **Horta**. Disponível em: <<http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/casa-da-lagartixa-preta/horta>> Acesso em: 10 out. 2011.
- _____. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.ativismoabc.org/index.php/pt/ativismo-abct/ativismo-abc>> Acesso em: 10 out. 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRÜGGER, Paula. **Instrumental rationality, as proposed by Herbert Marcuse: a key concept to understand our relationship with nature**. *Pensata Animal*, São Paulo, v. 23, 5 mai. 2009.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2000.

CMI BRASIL. “**Concebemos a casa como um espaço de sedução**”. Por Agência de Notícias Anarquistas, 2 de julho de 2007. Disponível em:
<<http://www2.brasil.indymedia.org/es/blue/2007/07/387221.shtml>> Acesso em: 22 de julho de 2011.

FALLEIROS, G. L. J. **A Casa da Lagartixa Preta 'Malagueña Salerosa'**. Revista Protesta!, Rio de Janeiro/São Paulo, v. 4, p. 24 - 25, 10 out. 2007.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Alternativas metodológicas para a produção científica**. São Paulo: CELACC-ECA / USP, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: _____. (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Movimentos sociais antiglobalização: de Seattle/1998 a Nova York/2002. In: _____. (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IOKOI, Zilda M. G. Os Direitos dos Animais: perspectiva histórica. In: MAGALHÃES, V.; RALL, V. (orgs.). **Reflexões sobre a tolerância**: direitos dos animais. São Paulo: Humanitas, 2010.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

NASCIMENTO, R. H. Z. **Indisciplina**: experimentos libertários e emergência de saberes anarquistas no Brasil. (Tese de Doutorado, PUC/SP, 2006)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Los nuevos movimientos sociales**. OSAL, p. 177-184, set. 2001. Disponível em:
<www.boaventuradesousasantos.pt/pages/en/articles.php> Acesso em: 25 de julho de 2011.

_____. **Tensões da Modernidade**. In: Fórum Social Mundial – Biblioteca de Alternativas. 29 ago. 2002. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic/boaventura.php>>. Acesso em: 25 de julho de 2011.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra. 2008. Disponível em:
<www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2011.

SODRÉ, Muniz. **A verdade seduzida**: Por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.